

INTOLERÂNCIA E RACISMO NA COMPANHIA DE JESUS.

ROBSON LUIZ LIMA SANTOS.

Doutorando da universidade de São Paulo, Departamento de História.

A Companhia de Jesus foi durante mais de dois séculos uma das mais influentes ordens da Igreja Católica, senão a mais importante delas. Historiadores como Jaime Cortesão, Antônio Sérgio e Capistrano de Abreu já enfatizaram este fato. Portanto, para compreendermos o catolicismo que vai da segunda metade do século XVI até à primeira metade do século XVIII, é imprescindível conhecermos cada vez mais o papel da Companhia de Jesus.

Ela doutrinou a maioria das colônias ibéricas desse período, foi uma das maiores forças do Concílio de Trento, o que lhe propiciou o poder de determinar os rumos da Contra-Reforma, transformou-se num membro ativo do Tribunal do Santo Ofício, e apesar da relutância inicial, discriminou os cristãos-novos ao adotar o seu Estatuto de Limpeza de Sangue, educou em seus colégios e universidades inúmeras pessoas em todo o mundo. E finalmente, foi a conselheira espiritual de príncipes e de reis, participando, no caso português, do Conselho de Estado.¹

Com o poder que a Companhia de Jesus adquiriu ao longo do tempo, tudo o que ela não tolerasse estaria seriamente ameaçado. Por esta razão nos interessamos em conhecer as vítimas da intolerância e do racismo dos jesuítas.

Uma das questões mais delicadas, senão a mais grave, foi a participação dos inicianos no Tribunal do Santo Ofício. Os jesuítas colaboraram com este tribunal de diversas formas. A Companhia de Jesus adotou o seu Estatuto de Limpeza de Sangue na quinta congregação ocorrida em 1593, após uma longa e difícil luta interna que durou mais de vinte anos. Este estatuto significou a discriminação oficial dos jesuítas em relação aos cristãos-novos. E sabe-se que uma das principais vítimas da inquisição foi exatamente eles. Os incianos destruíram com o seu estatuto um dos últimos redutos de tolerância aos cristãos-novos.

Mas a forma predominante de participação da Companhia de Jesus na Inquisição ocorreu diretamente. Alguns dos seus famosos membros devem ser mencionados. O seu fundador, Inácio de Loyola, se empenhou diretamente na instalação do tribunal português e, ao lado de dominicanos, tentou convencer o papa para que ele instalasse tribunais inquisitoriais em seus domínios na Itália. Francisco Xavier foi o grande defensor da implantação dum tribunal na Índia. A Companhia cedeu vários dos seus padres para serem comissários da Inquisição, a maioria dos quais eram reitores dos colégios jesuítas. Aos incianos, mais do que aos dominicanos, coube a tarefa de doutrinar os penitenciados do Tribunal do Santo Ofício. No caso brasileiro, eles foram os principais colaboradores desse tribunal.²

Outro tema delicado foi a forma como a Companhia de Jesus concebeu a cultura dos gentios e as conseqüências que isso gerou. No nosso caso nos restringiremos aos nativos da chamada América Portuguesa. A rigor, todas as manifestações culturais dos indígenas foram condenadas pelos irmãos e padres jesuítas. Todo o seu mundo foi considerado uma obra do diabo ou, no mínimo, por este influenciada. Todos os índios estavam dominados pelas forças do mau. Em suas cartas escritas na segunda metade do século XVI, percebe-se que os jesuítas não toleraram sequer os adornos, a dança e a bebida ritual daqueles povos. Tanto o seu mundo material quanto o espiritual foram concebidos como equivalentes ao inferno. Os pajés, os caraíbas, os jovens e os seus homens e mulheres idosas foram desrespeitados pelos missionários da Companhia de Jesus no que eles possuíam de mais valioso. A catequese jesuítica

¹ MARQUES, João Francisco. Os Jesuítas, Confessores da Corte Portuguesa na Época Barroca (1550-1700). Porto, Revista da Faculdade de Letras, II Série, Vol.XII, pp.232-270, 1995.

² Ver a respeito da participação dos jesuítas na Inquisição: SALVADOR, José Gonçalves. Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição. Aspectos de sua atuação nas capitânicas do sul, 1530-1680. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1969.

sentiu-se obrigada a utilizar o medo da morte. Seus catequisadores apelaram para o Temor de Deus, o qual ameaçava com o seu inferno terrível a fim de converter povos de cultura tão distinta.

Entretanto, nos casos em que esse método catequético falhava, o que aliás ocorreu muitas vezes, os jesuítas não relutaram em solicitar e defender o uso da força. Nomes famosos como José de Anchieta e Manuel da Nóbrega defenderam abertamente o uso da violência para, como eles diziam, “sujeitar” os gentios. O padre José de Anchieta pediu ao rei de Portugal para “mandar para aqui uma força armada e numerosos exércitos, que dêem cabo de todos os malvados que resistem à pregação do Evangelho e os sujeitem ao jugo da escravidão”.³ E em nome de uma dita “lei natural”, estranha ao mundo indígena, o padre Manuel da Nóbrega foi favorável à escravização dos nativos recalcitrantes: “Se deve sujeitar o gentio e fazê-lo viver como criaturas que são racionais, fazendo-lhe guardar a lei natural”.⁴ A força militar foi posta em prática oficial e regularmente através da conhecida “guerra justa”, e os jesuítas sempre estiveram presentes nesses campos de batalha.

Mas a intolerância jesuítica não ficou restrita aos nativos. Além deles foram as suas vítimas os mamelucos e o clero secular. No caso dos mamelucos, alguns deles foram considerados até mesmo piores do que os índios. Quanto à sua capacidade intelectual, por exemplo, julgou-se que eles seriam incapazes de ingressar e de seguir carreira na Companhia. Em ralação ao clero secular, eles não seriam nada mais do que a “escória” do clero europeu que trouxe o demônio para infernizar a colônia, e em particular, a vida dos jesuítas.

Sabemos que a primeira metade do século XVI foi um período de grandes mudanças no mundo religioso europeu. A reforma protestante abalou profundamente o poder da Igreja católica. Ao surgir na década de quarenta daquele século, a Companhia de Jesus viveu intensamente os conflitos religiosos daquele período. Como já foi dito, ela influenciou, consideravelmente, as deliberações do Concílio de Trento. O poder do papa e de toda a hierarquia do catolicismo foi reforçada, e a Companhia de Jesus desempenhou um papel relevante nesta política centralizadora do catolicismo pós-tridentino.

Para entendermos um pouco mais a respeito da prática jesuítica, além de considerarmos o contexto histórico em que a Companhia de Jesus foi fundada, é importante conhecermos mais de perto as bases do pensamento que fundou essa Ordem. Documentos como as Constituições da Companhia de Jesus, os Exercícios Espirituais e a Monitoria Secreta ou Instruções Secretas dos Padres da Companhia de Jesus revelam os fundamentos teológicos e políticos que nortearam a prática inaciana.

As Constituições talvez seja o principal texto que trata do pensamento jesuítico. É nele onde se encontram os três votos a serem proferidos por seus futuros padres e as suas respectivas justificativas: o voto de obediência, o de pobreza e o voto de castidade. O mais importante deles é o voto de obediência.⁵ Nele vemos como os líderes da Companhia de Jesus reagiram à tentativa de fragmentação do poder hierárquico do catolicismo após a Reforma. Com este voto o jesuíta assumia de modo cabal a perda total e incondicional da sua individualidade e da sua liberdade. Mas é nos Exercícios Espirituais onde encontramos a insignificância do indivíduo posta com mais ênfase e com uma contundência que impressiona os olhos contemporâneos: “Tomai, Senhor, e recebei toda a minha liberdade, minha memória e entendimento e toda a minha vontade. Tudo o que tenho ou possuo. Vós me destes. A vós, Senhor, restituo. Tudo é vosso”.⁶ Ainda nos Exercícios Espirituais, e agora no que se refere à submissão ao poder da hierarquia católica,

³ LEITE, Serafim. Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil. São Paulo, Comissão do IV Centenário de São Paulo, vol. II, p.196, 1954.

⁴ LEITE, Serafim. Idem, p.447.

⁵ LOYOLA, Santo Inácio. Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

⁶ LOYOLA, Santo Inácio. Exercícios Espirituais. São Paulo, Edições Loyola, p.92, 2000.

Inácio de Loyola foi implacável: “Devemos sempre manter – para acertar em tudo – que o branco que eu vejo é preto se a Igreja hierárquica assim o determina, crendo que entre Cristo Nosso Senhor, o esposo, e a Igreja, sua esposa, é o mesmo espírito que nos governa e dirige para a salvação nossa”.⁷ Desobedecer à hierarquia era o maior de todos os pecados, pois não era ao superiores que se desobedecia, mas sim ao próprio Deus.

Em relação ao voto de pobreza, vale chamar a atenção para o fato de que a riqueza seria um pecado causador da desagregação da Companhia e, além disso, a pobreza seria um modo todo especial de seguir a Cristo.

Já o voto de castidade proibia não apenas o ato sexual dos irmãos e padres, mas, além disso, eles deviam evitar o uso dos seus sentidos. Percebe-se a partir da rápida análise desse dois votos que a hierarquia jesuítica não tolerou os gozos material, sexual e estético dos seus subordinados.

O grande tema dos Exercícios Espirituais é a conversão. Para salvar a sua alma era imprescindível que o pecador se convertesse. O que significava, na prática, a conversão idealizada pela Companhia de Jesus? Aqui, mais uma vez, a individualidade foi a grande vítima dos inicianos. Isso porque o pecador sentia-se obrigado, a fim de salvar a sua alma a negar e a condenar toda a sua vida pregressa. O julgamento que os Exercícios Espirituais fez do pecador antes da sua conversão é, simplesmente, impiedoso, ele era “uma chaga e um tumor donde saíram tantos pecados e tantas maldades e tão medonho veneno”.⁸ E como se tudo isto não bastasse, ainda restava o crime supremo dos pecadores, eles foram os responsáveis pelos “sofrimentos causados ao Cristo”. Além de assumir todas estas culpas individuais, o pecador sofreria por todos os pecadores com “pesar, dor e lágrimas por nossos pecados”.⁹ Ferido no corpo (com as penitências) e na alma, esta poderia, enfim, ser salva.

O homem velho foi negado física e espiritualmente, ou seja, em sua totalidade. O jesuíta deveria ser um homem completamente diferente dos demais.

As normas dos colégios jesuítas foram semelhantes àquelas aplicadas aos padres. Sua face intolerante também aí esteve presente. Nos seus colégios não havia espaço para as paixões, caso elas ocorressem deveriam ser prontas e devidamente reprimidas, castigando ou expulsando os indisciplinados. Nestes colégios e em suas missões ao redor do mundo os jesuítas pregavam uma verdade que eles diziam ser universal e absoluta. Sua pedagogia foi inspirada nesta concepção medieval de verdade, a qual significou, na prática, uma forma de intolerância em relação às demais concepções de verdade.

A Monitoria Secreta ou Instruções Secretas dos Padres da Companhia de Jesus evidencia como a hierarquia jesuítica no governo do geral Cláudio Acquaviva tratava as divergências internas. Os responsáveis pelas críticas dirigidas aos seus superiores seriam expulsos e perseguidos onde quer que fossem. Mesmo considerando pecado a riqueza das viúvas que os procuravam e dos doentes por eles confessados, a Monitoria Secreta orientava os padres a serem os amigos especiais dos homens ricos e influentes de cada lugar onde estivessem. Além de desrespeitar o voto de pobreza, essa postura pragmática, que defendia os interesses político-financeiros da Companhia, comprova a arbitrariedade dos líderes jesuítas.¹⁰

Os jesuítas ignoraram o Renascimento e o Humanismo. Censuraram as obras que eles consideraram serem opostas à sua cosmovisão e colocaram as ciências da época à serviço da sua teologia, deixando-as numa condição subalterna e servil.

⁷ LOYOLA, Santo Inácio. Idem, pp.136-137.

⁸ LOYOLA, Santo Inácio. idem, p.37.

⁹ LOYOLA, Santo Inácio. idem, p.45.

¹⁰ ACQUAVIVA, Cláudio. Monitoria Secreta ou Instruções Secretas dos Padres da Companhia de Jesus. Ericeira, Sol Invictus, 1991.

Essa postura da Companhia de Jesus suscitou dois comentários de Jaime Cortesão. Inicialmente ele apontou o que ele considerou ser o erro mais grave da Companhia, que “foi a tentativa (que lograram no Concílio de Trento) de fixar o catolicismo em formas imutáveis opondo-se a todo esforço para adaptar a religião às transformações da vida”. Segundo o mesmo autor, este erro causou a decadência do catolicismo: “os jesuítas, insensíveis às necessidades da vida, e aos mais graves problemas da consciência postos pelo Renascimento, prepararam a decadência da Igreja, desde então, e cada vez mais, divorciada do escol da Humanidade, cujos avanços e aspirações renovadoras combate ou ignora”.¹¹ Outro grande historiador que tem essa mesma visão é Antônio Sérgio, ele nos diz que a Companhia de Jesus foi “Contrária, por natureza, a todo progresso espiritual”.¹² Como comprovação das palavras de Jaime Cortesão vejamos o que pensava um padre jesuíta no início do século XX sobre a modernidade: “Se por ideal moderno se entende a emancipação da autoridade divina, que nos impõe preceitos e doutrinas que o homem há de seguir e abraçar; então a Companhia de Jesus está em perfeita contradição com esse modernismo que é a ruína da verdade nas inteligências”.¹³

A título de conclusão, vimos que a intolerância e o racismo da Companhia de Jesus existiam desde a sua fundação, e que a sua prática político-missionária foi coerente com o seu pensamento teológico e doutrinário. E do mesmo modo que a liberdade e a individualidade não foram toleradas entre os próprios jesuítas, inclusive nos seus colégios, a liberdade e as características culturais dos povos nativos da América Portuguesa foram violentamente desrespeitadas. E com base nas informações que obtivemos até o presente momento, o comportamento da Companhia de Jesus não foi muito diferente na África nem tampouco no Oriente.

¹¹ CORTESÃO, Jaime. História da Expansão Portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p.364.

¹² SÉRGIO, Antônio. Breve Interpretação da História de Portugal. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, III Edição, 1974.

¹³ RODRIGUES, Francisco, S.J. A Formação Intelectual do Jesuíta. Leis e Fatos. Porto, Livraria Magalhães e Moniz Editora, p.411, 1917.